**REGIMENTO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM REDE NACIONAL PARA
ENSINO DAS CIÊNCIAS AMBIENTAIS
PROFCIAMB**

CAPÍTULO I – DOS OBJETIVOS E LINHA DE ATUAÇÃO

Artigo 1º - O curso de pós-graduação em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais (PROFCIAMB) oferta atualmente o curso de Mestrado Profissional, que conta com a participação de instituições de ensino superior, sendo coordenado pela Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo.

Este programa tem como objetivo geral possibilitar a formação continuada em nível de mestrado profissional de professores da educação básica, bem como de profissionais que atuem em espaços não-formais (museus, jardins botânicos, centros de ciências) e/ou não-escolares, e aqueles envolvidos com divulgação e comunicação das ciências. Seus objetivos específicos são: **qualificar** os mestrandos para contribuir no desenvolvimento de múltiplas competências para contribuir no aprimoramento de práticas pedagógicas utilizando-se do contexto ambiental; **contribuir** com professores da educação básica, bem como de profissionais que atuem em espaços não-formais (museus, jardins botânicos, centros de ciências) e/ou não-escolares, e aqueles envolvidos com divulgação e comunicação das ciências, favorecendo maior proximidade com material didático inovador que contemple os sistemas naturais e as relações sociais com estes sistemas, de forma a alcançar abordagem educacional que contribua na formação de cidadão sensibilizado da sua função no contexto socioambiental; **realizar** pesquisas na área das Ciências Ambientais no espaço da escola de ensino básico, sob perspectiva inter e multidisciplinar, contribuindo para que se fortaleça a produção, difusão e aplicação de conhecimento didáticos-metodológicos associados às questões socioambientais da atualidade nos contextos escolares, na possibilidade de ajudar na promoção de aprendizagens significativas para todo o processo pedagógico implementado na educação básica; **constituir** a partir dos projetos de pesquisas, bem como dos trabalhos finais resultantes do curso, uma base de dados que possa servir de observatório de ciências ambientais e educação, possibilitando a difusão de boas práticas quanto à temática.

O programa possui duas linhas de atuação, voltadas a reflexões e ações no campo das ciências ambientais, são elas:

1. RECURSOS NATURAIS E TECNOLOGIA.

Caracterização e compreensão do meio ambiente e os usos múltiplos dos recursos naturais, voltados à reflexão sobre as relações de apropriação dos bens naturais e as possibilidades de construção de sociedades sustentáveis. As pesquisas voltadas a esta temática devem ter associação com a Práxis pedagógica, culminando em melhoria e inovação no processo de ensino-aprendizagem, levando à reflexão-ação, bem como para melhoria e ampliação das políticas de educação e programas relacionados à educação básica. Contempla pesquisas sobre os sistemas e tecnologias ambientais benignas e os processos associados, abordando temas como água, solo, ar, clima, energia, geobiodiversidade, entre outros.

2. AMBIENTE E SOCIEDADE

Esta linha de atuação tem foco na interface das modificações ambientais e seus impactos no ambiente e sociedade, com o objetivo de contribuir para identificação de

fatores determinantes da degradação ambiental associada com a perda da qualidade ambiental e de vida. As pesquisas voltadas a esta temática devem estar associadas com a *Práxis* pedagógica, culminando reflexões/ações sobre a temática, bem como em melhoria e inovação no processo de ensino-aprendizagem, gerando mudanças e ampliação das políticas de educação e programas relacionados à educação básica. Contempla pesquisas sobre padrões de consumo e produção, e sua influência na qualidade ambiental e nas relações sociais, caracterização de seus impactos, e a institucionalização de uma cultura de sustentabilidade.

CAPÍTULO II – DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Artigo 2º - O Curso de Mestrado Profissional em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais é promovido por uma associação em rede de Instituições de Ensino Superior de todas regiões do país.

§ 1º - As instituições que constituem a referida Rede são:

(Região Sul)

Universidade Federal do Paraná

Universidade Estadual de Maringá

(Região Sudeste)

Universidade de São Paulo

(Região Centro Oeste)

Universidade de Brasília

(Região Nordeste)

Universidade Federal de Pernambuco

Universidade Federal de Sergipe

Universidade Estadual de Feira de Santana

(Região Norte)

Universidade Federal do Amazonas

Universidade Federal do Pará

§ 2º - Poderão participar da Rede, como associadas, outras Instituições Públicas de Ensino Superior do Brasil, após aprovação pelo Colegiado Gestor do Curso de Mestrado Profissional em Rede Nacional para Ensino em Ciências Ambientais – PROFCIAMB;

§ 3º - O Curso de Mestrado Profissional em Rede Nacional para Ensino em Ciências Ambientais é composto pelos Cursos de cada instituição parceira. Cada uma das Instituições associadas terá assim as mesmas competências e responsabilidades de acordo com as normas de cada Instituição de Ensino Superior (IES):

- I –Realizar processos seletivos;
- II –Matricular os alunos aprovados;
- III –Programar, realizar e avaliar processos didáticos pedagógicos;
- IV –Titular e emitir diplomas.

Artigo 3º - A Sede Administrativa do Curso da Rede localizar-se-á na Instituição que abrigar a Coordenação Geral Didático-pedagógica.

Artigo 4º - A Coordenação Geral Didático-pedagógica do Curso da Rede será exercida pelo Colegiado Gestor do Curso da Rede do Mestrado Profissional em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais, presidida pelo seu Coordenador com funções executivas.

§ 1º - A Coordenação didático-pedagógica do Curso no âmbito de cada Instituição integrante da Rede será exercida pela Comissão Coordenadora de Programa – CCP PROFCIAMB da instituição, e presidida pelo seu Coordenador com funções executivas.

Artigo 5º - O Colegiado Gestor do Curso da Rede do Mestrado Profissional em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais será formado por

- I – Coordenador Geral e Vice-Coordenador Geral do Curso na Rede;
- II – Um representante titular do corpo discente e seu suplente;
- III – Coordenadores das Comissões Coordenadoras de Programa de cada Instituição;
- IV – Será convidado para compor esse Colegiado um representante da Área de Ciências Ambientais –CACiAmb –CAPES

§ 1º - O Coordenador Geral e o Vice-Coordenador Geral do programa em rede serão eleitos pelos coordenadores das Comissões Coordenadoras de Programa - CCP PROFCIAMB de cada instituição integrante da Rede, desde que sejam professores permanentes do PROFCIAMB.

§ 2º - O Coordenador Geral e o Vice-Coordenador Geral da Rede têm mandato de 2 (dois) anos, podendo ser renovado por mais 2 (dois) anos;

§ 3º - O Coordenador Geral Rede acumulará a função de Coordenador local na sua Instituição.

§ 4º - O Colegiado Gestor do Curso da Rede poderá criar câmaras executivas para tratar de assuntos específicos, tais como eventos da Rede, processo de avaliação da Rede, entre outros.

Artigo 7º - Os representantes do corpo discente do Colegiado Gestor da rede PROFCIAMB e seus suplentes serão eleitos pelos representantes discentes da CCP de cada Instituição integrante da Rede.

§ 1º -São elegíveis para representação titular os discentes representantes em cada unidade integrante da Rede do PROFCIAMB;

§ 2º - O mandato dos representantes do corpo discente é de 1 (um) ano, com possibilidade de uma recondução.

Artigo 8º - Nas faltas e impedimentos do Coordenador Geral da Rede, a presidência será exercida pelo Vice-Coordenador Geral da Rede e, na falta deste, pelo membro docente mais antigo do Colegiado Gestor da Rede PROFCIAMB.

Artigo 9º - São atribuições do Colegiado Gestor da Rede:

- I – Promover a supervisão didática;
- II – Propor e aprovar mudanças para o regimento da rede do PROFCIAMB;
- III – Propor e aprovar calendário acadêmico;
- IV – Propor e aprovar plano anual de trabalho;
- V – Avaliar anualmente o desempenho dos Programas integrantes da Rede.
- VI – Revisar, periodicamente, a relevância e estrutura didático-pedagógica do PROF-CIAMB;

Artigo 10º -São atribuições do Coordenador Geral da Rede:

- I – Representar a Integração da Rede em todas as instâncias que se fizerem necessária;
- II – Coordenar as atividades acadêmicas e administrativas do PROFCIAMB.;
- III – Convocar e presidir reuniões ordinárias e extraordinárias;
- IV – Elaborar, ao final de cada ano letivo, o relatório das atividades da Coordenação Geral e enviá-lo às Coordenações de cada IES integrante da Rede.

Artigo 11º - É atribuição do Vice-coordenador Geral da Rede auxiliar o Coordenador Geral da Rede na administração do Colegiado Gestor do Curso da Rede e substituí-lo em caso de ausência.

Artigo 12º - O Colegiado Gestor da Rede reunir-se-á ordinariamente, pelo menos, duas vezes por ano e extraordinariamente quantas vezes forem necessárias, mediante convocação feita pelo Coordenador Geral da Rede, com antecedência mínima de 7 (sete) dias, ou a pedido escrito de dois terços de seus membros.

Parágrafo Único – O quórum mínimo para que o Colegiado Gestor da Rede possa deliberar sobre qualquer matéria é de maioria simples (metade mais um) de presença de seus membros.

Artigo 13º - A Comissão Coordenadora do Programa de pós-graduação em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais – CCP PROFCIAMB em cada Instituição será integrada:

- I – Pelo Coordenador e Vice-Coordenador do Curso;
- II – Por representantes titulares do corpo docente e seus suplentes, conforme estabelecido no Regulamento do programa em cada Instituição integrante da Rede;
- III – Por representantes titulares de docentes do curso e seus suplentes, de acordo com o Regulamento do Programa da Instituição.

§ 1º- O Coordenador e Vice-Coordenador da CPP PROFCIAMB será eleito conforme o regulamento de cada Instituição, desde que sejam orientadores permanentes do Curso.

§ 2º - O Coordenador e o Vice-Coordenador da CCP PROFCIAMB terão mandato de 2 (dois) anos, podendo ser renovados pelo mesmo período.

Artigo 14º -São atribuições da Comissão Coordenadora do Programa:

- I – Acompanhar o processo de ensino-aprendizagem no âmbito do seu programa;
- II – Acompanhar a oferta de disciplinas para cada período letivo;
- III – Analisar os pedidos de credenciamento e reconhecimentos de docentes para o programa, conforme critérios estabelecidos pelo Colegiado do Curso e proceder os encaminhamentos para as aprovações nas devidas instâncias.

CAPÍTULO III – DO CORPO DOCENTE

Artigo 15º - Constituem categorias docentes do programa de pós-graduação em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais.

§ 1º - Permanentes/Plenos – Docentes ou pesquisadores da Instituição e também de outras instituições regionais, deverá ter produção de destaque em consonância com a área do curso, com dedicação às atividades de ensino no PROFCIAMB, participação em projeto de pesquisas de interesse no PROFCIAMB, e orientações que atendam aos critérios definidos pelo Regulamento da Instituição, em consonância com os critérios do Comitê da Área de Ciências Ambientais da CAPES.

§ 2º - Visitantes – Docentes ou pesquisadores convidados por indicação do Colegiado do Curso de cada Instituição, para participar das atividades de ensino, orientação e pesquisa, por um período contínuo de tempo e em regime de dedicação integral;

§ 3º - Colaboradores – Docentes ou pesquisadores, convidados, por indicação das CCPs do Curso de cada Instituição, que não se enquadram nem como docentes permanentes nem como visitantes, mas que participam, de forma sistemática, do desenvolvimento de projetos de pesquisa ou atividades de ensino ou extensão e/ou da orientação de estudantes nas instituições integrantes da Rede, desde que atendam aos critérios definidos pela Instituição e que atendam aos critérios do Comitê da Área de Ciências Ambientais da CAPES.

Artigo 16º - São atribuições dos docentes Permanentes/Plenos, avaliadas processualmente:

- I – Ministras aulas teóricas e/ou práticas;
- II – Participar de Comissões;
- III – Orientar discentes;
- IV – Participar de projetos integrados de pesquisa com as diferentes Instituições integrantes da Rede;
- V – Participar de reuniões da Comissão CCP de acordo com Regulamento da Instituição.

CAPÍTULO IV – CREDENCIAMENTO, REcredENCIAMENTO E DESCREDENCIAMENTO DE DOCENTES.

Artigo 17º - Para integrar o corpo docente do Curso de pós-graduação em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais, o orientador deverá atender ao disposto no Artigo 15º e ser credenciado no âmbito da instituição integrante da Rede, conforme critérios estabelecidos no Regulamento do Programa, dentre as categorias de permanente ou Pleno, colaborador ou visitante.

Artigo 18º- A solicitação de credenciamento do docente é realizada mediante apresentação de proposta de carta de intenção e Curriculum Lattes (Plataforma do CNPq) dirigida ao Coordenador da Instituição para avaliação e posterior submissão ao Colegiado da Instituição para aprovação.

Artigo 19º - O credenciamento dos docentes deve seguir, no mínimo, as seguintes condições:

§ 1º Atender ao disposto no Artigo 15º e o que determina o Regulamento do Programa da Instituição;

I - Poderão integrar o corpo docente do programa, orientadores não doutores de reconhecida competência profissional ou técnico científica na área, desde que tenham o grau de Mestre.

§ 2º Possuir título de doutor;

§ 3º Credenciamento inicial de mestrado: 01 (uma) unidade de produção nos últimos 03 (dois) anos;

§ 4º Recredenciamento de mestrado: orientação concluída de pelo menos 01 (um) mestrado e 01 (uma) unidade de produção nos últimos 02 (dois) anos.

Artigo 20º - Será considerada como unidade de produção um dos itens seguintes:

- a) um artigo em revista científica que conste do QUALIS CAPES da área de Ciências Ambientais;
- b) um livro com ISBN
- c) um capítulo de livro com ISBN;
- d) uma produção técnica, conforme critérios estabelecidos pela Área de Ciências Ambientais da CAPES. Os produtos técnicos a serem considerados para qualificação podem ser (i) patentes e registros nacionais e internacionais; (ii) estudos, protótipos, projetos, treinamento, manual técnico, material didático, zoneamentos, plano diretor, softwares e relatórios técnicos; (iii) desenvolvimento de técnicas e processos; (iv) divulgação técnica; (v) prestação de serviços; (vi) produção e divulgação artística. Os critérios para qualificação da produção técnica devem seguir as orientações do mais recente Documento de Área das Ciências Ambientais.

Parágrafo Único - Para cada solicitação de (re)credenciamento, a CCP da Instituição designará um relator *ad hoc* (membro do colegiado do Curso) para emitir parecer

circunstanciado sobre a documentação encaminhada pelo docente solicitante, sendo que, na análise qualitativa do Currículo Lattes, deverão ser observados:

- a) experiência em pesquisa;
- b) produção científica, artística ou tecnológica relacionados ao tema do programa de pós-graduação em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais;
- c) experiência em orientação (iniciação científica, mestrado e ou doutorado);
- d) coordenação e participação em projetos de pesquisa financiados;
- e) experiência de projetos e atividades relacionados ao ensino básico.

Artigo 21º - A CCP da Instituição avaliará a solicitação de credenciamento para orientar mestrado de acordo com os seguintes critérios, referentes aos últimos 36 (trinta e seis) meses:

- a) número de pós-graduandos titulados e mandamento sob sua orientação;
- b) produção científica derivada das dissertações ou produtos técnicos por ele orientados, observada a linha de atuação;
- c) produção científica total;
- d) oferecimento regular de disciplinas no PROFCIAMB;
- e) participação nas atividades do PROFCIAMB, em especial relacionado às atividades de pesquisa, eventos, planejamento do programa, que configuram, portanto, seu engajamento.

Artigo 22º - Os docentes externos, pesquisadores e técnicos de nível superior da Instituição - portadores do título de doutor ou mestre com comprovada experiência prática no tema - poderão obter credenciamento específico, desde que satisfaçam os critérios de credenciamento, comprovem sua participação em projetos de pesquisa e caracterizem sua real contribuição ao Programa.

Artigo 23º - O credenciamento específico deverá ser instruído mediante Carta do Interessado solicitando o credenciamento, Currículo Lattes, Plano de Pesquisa e Quadro Resumo quantitativo da produção do docente. Os critérios de credenciamento são os mesmo definidos nos Artigos 20, 21 e 22 deste Regimento.

CAPÍTULO V - DO CORPO DISCENTE

Artigo 24º - O Corpo Discente do Curso é constituído por alunos (professores efetivos da educação básica, bem como de profissionais que atuem em espaços não-formais (museus, jardins botânicos, centros de ciências) e/ou não-escolares, e aqueles envolvidos com divulgação e comunicação das ciências) matriculados regularmente.

Parágrafo Único - São considerados alunos regulares os candidatos que tenham sido julgados aptos no processo seletivo do programa ou por intermédio de transferência de outro Pólo da Rede PROFCIAMB, conforme Regulamento da Instituição.

CAPÍTULO VI – SELEÇÃO E INSCRIÇÃO

Artigo 25º - O ingresso no Curso de Mestrado Profissional em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais será realizado mediante processo seletivo.

Parágrafo Único - O Colegiado do PROFCIAMB de cada Instituição será responsável pela elaboração e abertura de Edital para o processo seletivo de ingresso no curso de Mestrado, o qual será publicado no site da Instituição e do polo, e/ou Diário Oficial da UNIÃO e se dará ampla divulgação, especificando as instruções de preenchimento dos formulários, prazos, locais e datas do exame, taxa de inscrição, procedimentos necessários, forma de avaliação dos candidatos inscritos, forma de divulgação dos resultados e demais instruções para a participação no processo seletivo. O processo seletivo constará de:

- a) Prova escrita de língua estrangeira;
- b) Prova escrita de conhecimento específico;
- c) Avaliação do projeto de pesquisa por docentes/pesquisadores designados pela CCP de cada instituição;
- d) Avaliação da formação acadêmica e profissional e produção (denominado a seguir com o currículo).

No caso do candidato que receber nota inferior a 6,0 na prova de língua estrangeira, deverá, no prazo de até um ano, apresentar um certificado de proficiência. Os testes aceitos, bem como a pontuação mínima, serão definidos pelo Colegiado Gestor do Curso.

Artigo 26º - A documentação exigida para a inscrição ao processo seletivo será definida no Edital de Seleção.

Parágrafo Único - A inscrição do candidato será aceita somente após o recebimento pela Secretaria do Programa, dentro do prazo estabelecido pelo edital, da documentação abaixo:

- i. Formulário de inscrição devidamente preenchido e assinado pelo candidato;
- ii. Cópia simples (não autenticada) do RG e CPF; para candidatos estrangeiros: cópia simples do passaporte ou do RNE (Registro Nacional de Estrangeiro);
- iii. Cópia simples do Diploma (ou declaração original emitida pela IES de que o candidato concluiu o curso no ato da matrícula);
- iv. Cópia simples do Histórico Escolar de Graduação;
- v. Currículo Lattes acompanhado dos documentos comprobatórios;
- vii. Projeto de pesquisa na linha de atuação selecionada pelo candidato. O projeto deve ter no máximo 10 páginas (texto com espaçamento 1,5; fonte Times New Roman tamanho 12; margens de 02 centímetros) e conter: título, introdução e justificativa, síntese da bibliografia fundamental, objetivos, metodologia e cronograma de execução, e referências bibliográficas.

Artigo 27º - O processo seletivo será realizado em cada Instituição e sob a responsabilidade de uma Comissão de Seleção local, constituída por docentes do quadro permanente do Curso de Mestrado Profissional da IES, designados pela CCP da Instituição.

Artigo 28º - As normas e critérios que regerão o processo seletivo de ingresso ao Curso constarão no Edital de Seleção, deverão respeitar o exposto no artigo 25, 26 e 27 deste Regimento, respeitando as especificidades de cada IES.

§ 1º - O Edital de seleção indicará o número de vagas, as condições e documentação exigidas dos candidatos, as datas, os horários e os locais em que as provas serão realizadas, bem como os critérios de avaliação;

§ 2º - O número de vagas será definido pelo número de orientadores disponíveis em cada IES integrante da Rede.

Artigo 29º - Poderão inscrever-se para o processo de seleção do Curso de Mestrado Profissional em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais os portadores de diploma de nível superior outorgados por instituição reconhecida pela CAPES. Serão priorizados professores que têm vínculo institucional na rede pública (federal, estadual e municipal); professores que atuam na rede privada de ensino; professores e profissionais que atuam em espaços não-formais (museus, jardins botânicos, centros de ciências e tecnologia, Unidades de Conservação) e/ou não-escolares, envolvidos com divulgação e comunicação das ciências ambientais.

CAPÍTULO VII - ESTRUTURA ACADÊMICA

Artigo 30º - A estrutura curricular do Curso de Mestrado Profissional em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais é constituída de disciplinas obrigatórias, eletivas, exame de qualificação, elaboração e produção de dissertação ou outros produtos, artigos científicos ou didáticos.

§ 1º - Entende-se por disciplinas obrigatórias o conjunto de disciplinas comuns às Linhas de Pesquisa;

§ 2º - Entende-se por disciplinas eletivas aquelas que permitirão a integralização do conhecimento nas Linhas de Atuação;

Artigo 31º - As propostas de inclusão de novas disciplinas obrigatórias deverão ser aprovadas pelo Colegiado Gestor da Rede.

Artigo 32º - As Disciplinas Obrigatórias para Mestrado são:

Ambiente, Sociedade e Educação
Gestão Ambiental
Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais
Metodologia Científica e Desenvolvimento de Projetos em Educação nas Ciências Ambientais
Seminário de Pesquisa

§ 1º Todas têm carga de 03 (três) créditos.

CAPÍTULO VIII - ESTRUTURA CURRICULAR

Artigo 33º - A integralização dos estudos necessários ao Mestrado Profissional em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais será expressa em unidades de crédito.

Parágrafo Único - Cada unidade de crédito corresponde a 15 (quinze) horas de atividades curriculares.

Artigo 34º - O aluno do PROFCIAMB deverá integralizar um mínimo de 96 (noventa e seis) unidades de crédito, sendo 24 (vinte e quatro) em disciplinas e 72 (setenta e duas) na elaboração do Trabalho de Conclusão Final do Curso.

§ 1º - O Curso de Mestrado Profissional em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais exigirá os créditos, assim distribuídos: **15** (quinze) créditos em disciplinas obrigatórias; **09** (nove) créditos em disciplinas eletivas e **72** (setenta e dois) créditos destinados ao Trabalho de Conclusão Final do Curso.

§ 2º - As disciplinas obrigatórias deverão ser ofertadas nas Instituições locais, seguindo estrutura, conteúdo e formato estabelecido pelo Colegiado Gestor da Rede, de forma a garantir padronização mínima do PROFCIAMB;

§ 3º - O credenciamento e recredenciamento de disciplinas eletivas é, baseado em análise do conteúdo programático, compatibilidade com as linhas de atuação científico/tecnológicas do Programa, atualização bibliográfica, e aprovadas pelo Colegiado do Curso. Poderão ser criadas ou credenciadas a partir de disciplinas já existentes nas Instituições, seguindo critérios estabelecidos pelo Colegiado do Curso, com o objetivo de dar suporte de formação específica a cada região onde se insere a Instituição participante.

Artigo 35º - Os discentes regulares poderão solicitar o aproveitamento de componentes curriculares realizados em instituições nacionais e estrangeiras. Esta decisão está condicionada ao aceite do Colegiado, ouvido o Professor Orientador.

Artigo 36º - O aluno de Mestrado deve atender às exigências de rendimento escolar e frequência mínima seguindo as orientações estabelecidas em cada IES.

Artigo 37º O prazo para a realização dos cursos de Mestrado deve ser fixado nos regulamentos dos Programas de Pós-Graduação de cada Polo da Rede, respeitando os limites máximos estabelecidos nos Regulamentos de cada IES.

CAPÍTULO IX - DA ORIENTAÇÃO

Artigo 39º - Cada discente terá, necessariamente, um orientador conforme estabelece o artigo 15, aprovado pela CCP, o qual elaborará com o discente o Plano de Atividades e acompanhará o desenvolvimento das atividades de estudos até a defesa.

§1º - O orientador deverá manifestar, prévia e formalmente, a sua concordância.

Artigo 40º - O número de orientandos por orientador é estabelecido pelos critérios da área de Ciências Ambientais da CAPES, respeitados os critérios em cada Instituição da Rede.

Artigo 41º - São atribuições do orientador:

- a) Elaborar; conjuntamente com o discente, seu programa de estudo e orientar na produção do conhecimento em todas as fases de sua elaboração;
- b) Observar os preceitos éticos referentes à pesquisa no Brasil e os relativos a direitos autorais;
- c) Analisar e avaliar pedidos de trancamento e cancelamento de matrículas de disciplinas/atividades;
- d) Sugerir à CCP os nomes para integrar as bancas examinadoras de qualificação e apresentação pública de relatórios, defesa do Trabalho de Conclusão Final do Curso;
- e) Encaminhar à Coordenação do Curso no âmbito da instituição integrante da Rede, juntamente com o discente, exemplares do material produzido de acordo com a formatação determinada pelo Regulamento do Curso, prévia e posteriormente à defesa em conformidade com as normas estabelecidas pela IES.

CAPÍTULO X - EXAME DE QUALIFICAÇÃO

Artigo 42º - Somente poderão submeter-se ao Exame de Qualificação os alunos que tenham integralizado 50% dos créditos mínimos em disciplinas exigidos pelo Curso.

Artigo 43º - Os prazos de inscrição e realização do Exame de Qualificação deverão ser definidos por cada Polo, em suas instituições.

Artigo 44º - O candidato ao grau de Mestre deverá se submeter a um Exame de Qualificação, que tem como objetivo avaliar a viabilidade do projeto de Trabalho de Conclusão Final do Curso, o embasamento teórico e o domínio da literatura pesquisada pelo aluno, abordagem metodológica e resultados esperados, além da sua capacidade de explanação e argumentação acerca do tema selecionado, de acordo com as seguintes normas:

- a) O Exame de Qualificação do Mestrado consiste na apresentação perante a banca examinadora do projeto a ser desenvolvido;
- b) A composição da Banca do Exame de Qualificação deverá ser formada por 03 (três) membros doutores ou mestre de reconhecida competência profissional ou técnico científica na área, comprovada na área de ensino das Ciências Ambientais. Na composição da comissão julgadora do Mestrado Profissional em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais, pelo menos um examinador deve ser externo à Instituição;

- d) O texto deverá conter uma introdução, objetivos, referencial teórico, metodologia e resultados parciais, cronograma de execução, referências bibliográficas, em idioma português.
- e) O tempo de exposição oral do aluno e de arguição de cada membro da banca será definido pela CCP;
- f) Findada a defesa do Exame de Qualificação, o Presidente da banca deverá entregar à Coordenação do Curso a Ata de Exame de Qualificação devidamente assinada pelos membros da banca;
- g) O Exame de Qualificação tem como resultado o conceito Aprovado ou Reprovado, que será atribuído por cada um dos membros da banca e o resultado final estabelecido por maioria simples;
- h) O discente somente poderá submeter-se ao exame final após ser aprovado no referido exame de qualificação;
- i) Caso o discente tenha sido reprovado no Exame de Qualificação, deverá submeter-se novamente ao exame em prazo estabelecido nos Regulamentos de cada IES.

CAPÍTULO XI - DA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

Artigo 45º - A aprovação do Trabalho de Conclusão Final do Curso de Mestrado Profissional em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais é obrigatória para a obtenção do título de Mestre. Assim, o julgamento do Trabalho de Conclusão Final do Curso será realizado por uma Comissão julgadora aprovada pela CCP da Instituição e compreenderá a avaliação escrita do exemplar apresentado e a sessão de defesa.

Artigo 46º - A avaliação escrita deverá ser realizada por todos os membros da Comissão julgadora, cuja composição deve obedecer aos seguintes critérios: constituída por no mínimo três membros, sendo um pelo menos externo à Instituição.

§ 1º - Um dos pareceres pode ser emitido pelo orientador, respeitadas as limitações do caput deste artigo.

§ 2º - Os pareceres deverão ser circunstanciados com análise de mérito e, se pertinente, sugestão de correções. Os pareceres deverão indicar se o Trabalho de Conclusão Final do Curso está apto para defesa.

Artigo 47º - A apresentação e/ou defesa pública do discente será requerida pelo orientador ao Colegiado do Curso.

Artigo 48º - A composição da Comissão Julgadora do Trabalho de Conclusão Final do Curso deverá ser formada por 03 (três) membros doutores, sendo um destes o orientador do candidato. Pelo menos um membro deverá ser externo à Instituição;

Parágrafo Único - Deverão ser indicados, necessariamente, dois suplentes para a Banca Examinadora, sendo 1 (um) interno e 1(um) externo à Instituição.

Artigo 49º - Encerrada a apresentação e o processo avaliativo, a banca examinadora, em sessão privada, deliberará sobre aprovação ou não do discente. O Exame da Defesa do

Trabalho de Conclusão Final do Curso tem como resultado o conceito **Aprovado** ou **Reprovado**, que será atribuído por cada um dos membros da banca e o resultado final estabelecido por maioria simples.

Artigo 50º - O discente encaminhará ao Colegiado local do Curso a versão final do Trabalho de Conclusão Final do Curso, com parecer do orientador quanto ao atendimento às correções sugeridas pela banca examinadora conforme prazo e número de exemplares estabelecidos nas normas de cada IES.

Artigo 51º - Os requisitos para a obtenção do diploma de Mestre em Ciências Ambientais são:

- I. Estar matriculado como aluno regular, dentro dos prazos estabelecidos pelo Curso;
- II. Integralizar os créditos conforme Artigos 33º e 34º;
- III. Cumprir as atividades obrigatórias;
- IV. Ter sido aprovado no Exame de Qualificação;
- V. Ter sido aprovado no Trabalho de Conclusão Final do Curso;
- VI. Entregar a versão final do Trabalho de Conclusão Final do Curso (conforme normas da IES), no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a defesa, com número de exemplares a ser definido por cada IES.

Artigo 52º - A expedição do diploma ficará condicionada às normas específicas de cada Instituição associada.

Parágrafo Único - O diploma será expedido pela Instituição na qual o discente está matriculado.

CAPÍTULO XII -DOS PRAZOS E DESLIGAMENTO DO CURSO

Artigo 53º - Os discentes poderão solicitar ao Colegiado do Curso trancamento de matrícula por motivos relevantes e justificados de saúde ou profissionais, por um prazo máximo de 365 dias, consecutivos ou não, em conformidade com as normas de cada IES integrante da Rede.

§ 1º - O pedido de trancamento deverá ser acompanhado da anuência do orientador e da reformulação do Plano de Atividades do discente;

§ 2º - A autorização do trancamento pleiteado pelo discente está condicionada à aprovação pelo Colegiado do Curso.

Artigo 54º - Em quaisquer das situações listadas a seguir, o discente será desligado do Curso pelo Colegiado local:

- I. Reprovação em 03 (três) disciplinas/atividades distintas ou 02 reprovações em uma mesma disciplina no decorrer do Curso;
- II. Reprovação por 02 (duas) vezes no Exame de Qualificação;
- III. Desistência caracterizada pelo não cumprimento da matrícula semestral, nas datas definidas pelo calendário das Instituições locais;
- IV. Reprovação na defesa do Trabalho de Conclusão Final do Curso.

CAPÍTULO XIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 56º -. Eventuais divergências de entendimento ou interpretação do disposto neste Regimento, bem como os casos omissos, serão resolvidas pelo Colegiado Gestor da Rede, considerando os pareceres das Assessorias Jurídicas das Instituições integrantes da Rede.

Artigo 57º O presente Regimento entrará em vigor na data de sua aprovação pelo Colegiado Gestor do Curso da Rede, e terá validade a partir de sua aprovação pelos órgãos colegiados competentes de cada IES

#####